

**Título:** Como projetos de lei podem impactar sua conta de luz

**Veículo:** Diário do Estado

**Data:** 29/04/2026

## Como projetos de lei podem impactar sua conta de luz



Joana Versailles 29 abril 2026 Poder

Os consumidores brasileiros estão novamente no centro das discussões no Congresso Nacional devido a uma série de propostas que prometem transformar a estrutura de tarifas de energia no país. Os ajustes recentes nas contas de luz, já acima da inflação e alcançando índices de até dois dígitos, tendem a se intensificar caso as novas medidas sejam aprovadas. Essas iniciativas, identificadas pelo **Instituto Acende Brasil**, concentram-se em ao menos 15 projetos de lei que visam beneficiar grupos específicos. No entanto, esses benefícios podem gerar novos custos para milhões de cidadãos.

Entre as propostas em destaque está a concessão de **energia fotovoltaica gratuita** para famílias de baixa renda, além de descontos para pessoas com deficiência. Outro projeto sugere isentar de cobrança de bandeira tarifária determinadas regiões do país. Embora os objetivos dessas medidas sejam indiscutivelmente sociais, o risco de aumento na **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, já em alarmantes R\$ 50 bilhões anuais, é uma preocupação crescente.

O cenário político se agrava em um ano eleitoral, onde a pressão para aprovação de medidas populares é ainda maior. “O principal desafio está na definição de fontes claras de financiamento”, alerta o **Acende Brasil**. Sem alternativas, a conta acaba sempre chegando ao consumidor médio. Sob esse contexto, projetos como o **PL 4169/23**, que oferece 50% de desconto para consumidores com deficiência, ganham relevância. “Nossa intenção é apoiar famílias que enfrentam custos adicionais com necessidades especiais”, frisa o deputado Eduardo da Fonte, que apresentou o projeto esperando promover justiça social no consumo energético.

## O que impulsiona essas mudanças?

Mas por que, afinal, essas mudanças estão sendo propostas? O contexto é amplo. Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, o governo atual busca sedimentar uma política social que não apenas aumente a popularidade do **presidente Lula**, mas também contemple as necessidades urgentes dos menos favorecidos. Com programas sociais robustos, como o **Bolsa Família**, que atendem milhões de famílias, a administração Lula se empenha em equilibrar a balança entre desenvolvimento econômico e bem-estar social.

A intenção é harmonizar o crescimento sustentável com energia renovável, como propõem os **PL 3872/23 e PL 3759/23**. Ambos visam deixar estados com superávit energético livres da aplicação de bandeiras tarifárias. No entanto, o **governo Lula** enfrenta o dilema de transformar essa política em vitrine sem sobrecarregar ainda mais o contribuinte comum.

## Como essas propostas afetam o consumidor?

As bandeiras tarifárias, acionadas diante de crises hídricas e baixas nos reservatórios das hidrelétricas, são custos adicionais que recaem sobre os ombros do consumidor. A possibilidade de que parte do público seja isenta dessa cobrança pode significar uma redistribuição indesejada de encargos para os demais. Críticos das medidas, como **Paulo Pedrosa**, presidente-executivo da Abrace, destacam a importância de “quebrar esse ciclo” para proteger a energia limpa e acessível.

No contexto mais amplo, a administração **presidente Lula** tem buscado ampliar as discussões sobre desenvolvimento sustentável e energia limpa. A introdução de incentivos para o uso de fontes renováveis, alinhada aos objetivos sociais, pretende modernizar a matriz energética brasileira. Contudo, a complexidade do tema exige uma consideração minuciosa sobre as reais fontes de financiamento e o impacto distributivo imediato.

## **Quais os próximos passos do governo?**

No horizonte imediato, o governo enfrenta o desafio de esclarecer sua posição sobre tais medidas controversas. A agenda presidencial, que inclui discussões sobre economia, infraestrutura e programas sociais, dita o ritmo das negociações no Congresso. A possibilidade de conciliações, dentro de um cenário político turbulento, fortalece o teste de fogo para as políticas energéticas em curso.

Em última instância, as soluções para equilibrar o interesse público com projetos sociais sustentáveis exigem um diálogo entre os diferentes atores políticos e a população. O Brasil, sob a gestão atual, tem à sua disposição um rico leque de oportunidades para transformar seu modelo energético. Contudo, como tradicionalmente ocorre em tempos eleitorais, o equilíbrio entre custos e benefícios será o ponto nevrálgico das discussões.